

DESEMPENHO DOS GRADUANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE IES DA BAHIA ACERCA DAS RECENTES ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SILVANA LORENA COSTA MOREIRA

Universidade do Estado da Bahia
analo122@hotmail.com

RAIMUNDO NONATO LIMA FILHO

Universidade do Estado da Bahia
mlfilho@gmail.com

A Deus, pelo Dom da vida, da sabedoria. A minha mãe, Elza Santos, minha tia Iraci Ribeiro, e minha irmã, Louize Grazielly, que me incentivaram, apoiaram.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Raimundo Nonato Lima Filho pela paciência, os puxões de orelha, as dicas, as conversas, os conselhos, os incentivos, os choques de realidade.

Aos meus amigos acadêmicos, especialmente Jandmilli Gonçalves, que o Senhor colocou em meu caminho na hora exata, agradeço o apoio, incentivo, companhia, cumplicidade, conselhos, por sempre ter ficado ao meu lado, muito obrigada!

Aos professores que tive a honra de conhecer, especialmente a Márcio Sampaio, Leandro Nascimento, Helen Ribeiro, Marton Pinheiro, Francisco Arapiraca, Franklin Regis e Daniel Pereira. Agradeço pelas conversas, apoio, dicas, incentivo, pelo conhecimento a mim fornecido, vocês são meus mestres!

Muito Obrigada a todos !!!

ÁREA TEMÁTICA:
ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO DOS GRADUANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE IES DA BAHIA ACERCA DAS RECENTES ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RESUMO

A Contabilidade no Brasil tem passado por mudanças de natureza legal, resultando em diversas alterações no conjunto de Demonstrações Contábeis. O objetivo desta pesquisa foi identificar o domínio dos discentes das Instituições de Ensino Superior (IES) no Estado da Bahia diante das alterações causadas nas Demonstrações Contábeis após a recente legislação contábil. A metodologia adotada é exploratória com abordagem quantitativa, em que foi utilizado um questionário próprio como instrumento de pesquisa, composto por 16 afirmações que trataram das mudanças ocorridas nas Demonstrações Contábeis diante da legislação contábil vigente. Participaram da pesquisa discentes de 62 *campi* de IES baianas. Foram analisadas 212 respostas que não tendem a normalidade, utilizando uma Estatística Descritiva com Teste Qui-quadrado. Por último, aplicou-se o Teste de Hipótese t-Student. A pesquisa concluiu que os discentes das IES baianas não apresentam domínio a respeito das alterações ocorridas nas Demonstrações Contábeis pelas Leis nº 11.638 (BRASIL, 2007) e nº 11.941 (BRASIL, 2009). Portanto, acredita-se que o presente estudo contribui para despertar as IES baianas, que possuem curso de Ciências Contábeis, para que avaliem a necessidade de adoção de providências a fim de mudar a realidade alcançada, o desempenho negativo dos seus discentes.

Palavras-Chave: Legislação contábil; Demonstrações Contábeis; Domínio.

ABSTRACT

Accounting in Brazil has gone through changes in legal, resulting in several changes in the set of financial statements. The objective of this research was to identify the domain of students from higher education institutions (HEIs) in the State of Bahia before the changes caused in the financial statements following the recent accounting legislation. The methodology is exploratory with a quantitative approach, in which a questionnaire was used itself as a research tool, consists of 16 statements that dealt with the changes in the financial statements before the current accounting legislation. Students participated in the survey of 62 campuses of Bahia IES. 212 responses that do not tend to normality were analyzed using a descriptive statistics with Chi-square test. Finally, we applied the Student t Hypothesis Test. The research concluded that the students of IES Bahia do not have domain about the changes in the financial statements by Law No. 11,638 (BRAZIL, 2007) and 11,941 (BRAZIL, 2009). Therefore, it is believed that this study contributes to awaken the Bahia IES, which have course in Accounting, for assessing the need to adopt measures in order to change reality reached, the negative performance of their students.

Keywords: Accounting legislation; Accounting Statements; Domain.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Societária no Brasil passou e continua passando por processos de transformações guiados pela legislação contábil. Com o advento da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), conhecida como a Nova Lei das Sociedades Anônimas, não foi diferente. Essa lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976), Lei das Sociedades Anônimas, no qual a ênfase nesta pesquisa está destinada às alterações ocorridas nas Demonstrações Contábeis, assim como a análise do desempenho dos discentes do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior (IES) no estado da Bahia.

A Lei 11.638 (BRASIL, 2007) teve como propósito principal conciliar as práticas contábeis brasileiras com as internacionais. Com o desenvolvimento dos mercados, houve uma necessidade de promover transparência nos demonstrativos contábeis para que fosse possível a compreensão dos prováveis investidores nacionais e internacionais. Dessa forma, no Brasil, além de alterar as Demonstrações Contábeis, reformulando-as, essa lei foi essencial para a convergência das práticas contábeis brasileiras às internacionais.

Segundo a Nova Lei das Sociedades Anônimas, no final de cada exercício social, cabe à diretoria da entidade elaborar: a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Posteriormente, a lei em questão foi alterada pela Medida Provisória 449 de 2008, e transformada na Lei 11.941 (BRASIL, 2009). As modificações e acréscimos transferidos para as Demonstrações Contábeis são utilizados até os dias atuais pelos profissionais contábeis.

Em 2004, o Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES), apoiou as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, no qual alterou o texto da Resolução CNE/CES nº 06 (BRASIL, 2004). Especificamente no curso de Ciências Contábeis, o CNE e a CES abordaram as Competências e Habilidades essenciais para a formação dos profissionais contábeis. Dentre outros aspectos, cabe ao futuro profissional contábil saber construir pareceres e relatórios eficazes aos usuários envolvidos e ter ciência de como aplicar corretamente a legislação vigente às funções contábeis exigidas.

De acordo com Peleias (2006), é indispensável aos futuros profissionais de Contabilidade que passem por uma boa formação. Isso porque, esse é o melhor atalho para que possam identificar oportunidades e ameaças à sua empregabilidade, saibam elaborar pareceres de acordo com a legislação vigente e estejam preparados para encarar desafios.

Após um estudo realizado em uma Instituição Federal de Ensino Superior do estado da Paraíba, cujo intuito foi conhecer a percepção dos graduandos em Ciências Contábeis diante à formação acadêmica recebida, Santos *et al.* (2014) concluíram que os discentes discordam que estão adquirindo conhecimentos suficientes para ingressar e atuar no mercado de trabalho.

Contraditoriamente, em uma pesquisa realizada por Espejo *et al.* (2010), cujo objetivo foi avaliar o domínio dos discentes, de uma determinada Instituição de Ensino Superior no estado do Paraná sobre as principais alterações nos demonstrativos contábeis após a Lei 11.638 (BRASIL, 2007), os autores constataram que os estudantes apresentavam domínio.

Nesta linha, o presente artigo é norteado pela seguinte problemática: **Os discentes do Curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior no estado da Bahia dominam as alterações ocorridas no conjunto das Demonstrações Contábeis após a promulgação das leis 11.638/07 e 11.941/09?**

Este estudo justifica-se devido a essencialidade dos graduandos em Ciências Contábeis dominarem as estruturas das Demonstrações Contábeis vigentes. Além disso, é notável a carência de pesquisas voltadas simultaneamente ao conjunto das Demonstrações Contábeis vigentes e o domínio dos discentes diante dessas mudanças.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Ribeiro (2009), as Demonstrações Contábeis são ferramentas cruciais para toda empresa. Porém, para que esses demonstrativos sejam realmente úteis, é essencial que o elaborador conheça profundamente a estrutura de cada uma para que posteriormente seja possível construí-los. O autor acrescenta informando que o estudante de Contabilidade deve possuir um ensino satisfatório que contribua para transformá-lo em um bom profissional.

A Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Ciências Contábeis, admitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e apoiada pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) em 2009, com objetivo de harmonizar o ensino em termos de conteúdo, apresentou sugestões de disciplinas para compor a grade curricular do curso em Ciências Contábeis nas IES do Brasil. Nessa proposta, a “Estrutura das Demonstrações Contábeis”, no qual inclui todas as Demonstrações Contábeis vigentes, é um componente curricular básico para a formação do profissional contábil.

Segundo o art. 176 da Lei 6.404 (BRASIL, 1976), a diretoria de uma empresa tinha por obrigação elaborar quatro demonstrações financeiras capazes de exprimir a situação do patrimônio da entidade: I) Balanço Patrimonial (BP); II) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); III) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR); e por fim, IV) Demonstração dos Lucros ou Prejuízo Acumulados (DLPA). Conforme a lei mencionada, a DLPA poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), caso esse demonstrativo seja elaborado e publicado pela companhia.

A Nova Lei das Sociedades Anônimas substituiu a DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), acrescentou uma nova demonstração para entidades de companhias abertas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e modificou algumas contas dos demais demonstrativos. Cardoso *et al.* (2009) supõem que a substituição da DOAR pela DFC e a criação da DVA vieram a fim de suprir os anseios dos usuários da informação contábil, pois as companhias abertas passariam a evidenciar obrigatoriamente a DFC e a DVA.

Com a Lei 11.941 (BRASIL, 2009) nenhuma demonstração contábil foi criada ou substituída. Entretanto, alguns grupos de contas dos demonstrativos passaram por alterações.

De acordo com Iudícibus (2007), o BP é uma espécie de demonstração que reflete as contas patrimoniais em um determinado período de tempo, geralmente um ano. Para Marion (2009), o BP é a principal demonstração, pois reflete a real posição financeira da empresa.

A divisão do ativo e passivo em circulante e não circulante, ocasionada pela Nova Lei das Sociedades Anônimas, facilitou a análise da posição financeira da entidade. Isso ocorre porque essa segregação permite saber informações fundamentais, como por exemplo, a capacidade que a empresa possui de liquidar suas obrigações (CUNHA; LIMA, 2011).

Segundo Marion (2009), para que algo seja considerado Ativo é indispensável que siga quatro características simultaneamente: 1) precisa ser bem ou direito; 2) deve ser propriedade da empresa, sem exceções; 3) é necessário que seja mensurável em dinheiro; e por fim, 4) é essencial que traga algum benefício presente ou futuro para a entidade.

Segundo o art. 178, § 1º, da Lei 6.404 (BRASIL, 1976), o Ativo subdividia-se em três grupos: 1) Ativo Circulante; 2) Ativo Realizável ao Longo Prazo; e 3) Ativo permanente. Sendo esse último composto por três subgrupos: 1) Investimentos; 2) Ativo Imobilizado; e 3) Ativo Diferido. A Lei 11.638 (BRASIL, 2007) incluiu o grupo “Intangível” no Ativo Permanente. Com a Lei 11.941 (BRASIL, 2009), os grupos que formam o Ativo sofreram a última modificação, passando a existir apenas: 1) o Ativo Circulante; e 2) o Ativo Não Circulante. Esse último ficou subdividido em 4 outros grupos: 1) Ativo Realizável a Longo Prazo; 2) Investimentos; 3) Imobilizado; e 4) Intangível.

De acordo com Lima Filho e Bruni (2012), mesmo sabendo da importância do conceito de ativo, é comum o ensino dessa definição como sendo apenas um “conjunto de bens e direitos” ou uma “aplicação de recurso”, inexistindo discussões a respeito.

Segundo Velter e Missagia (2007), o Passivo representa, dentre outras informações, todas as obrigações da entidade. Ora esse termo poderá indicar os resultados de exercícios futuros, havendo inclusão do Patrimônio Líquido; ora indicará seu sentido natural, no qual considera o Patrimônio Líquido um grupo a parte, e não como uma extensão do Passivo. Na presente pesquisa, o Patrimônio Líquido foi tratado como um grupo distinto do Passivo.

Conforme o art. 178, § 2º, da Lei 6.404 (BRASIL, 1976), o Passivo era dividido em quatro grupos: 1) Passivo Circulante ou; 2) Passivo Exigível a Longo Prazo; 3) Resultados de Exercícios Futuros; e 4) Patrimônio Líquido. Devido às alterações da Lei nº 11.941 (BRASIL, 2009), o Passivo passou a englobar os seguintes grupos: 1) Passivo Circulante; 2) Passivo Não Circulante; e o 3) Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido equivale à diferença entre o Ativo e o Passivo. Logo, também pode ser conhecido como Capital Próprio. Ressalta-se que o Patrimônio Líquido não representa obrigação diante os sócios, pois não adquiriram empréstimos da entidade, e sim, juntaram esforços para atingirem um objetivo em comum (VELTER; MISSAGIA, 2007).

A Lei das Sociedades Anônimas subdividiu o Patrimônio Líquido em cinco pequenos grupos: 1) Capital Social; 2) Reservas de Capital; 3) Reservas de Reavaliação; 4) Reservas de Lucro; e 5) Lucros ou Prejuízos Acumulados. A Lei 11.638 (BRASIL, 2007) alterou e acrescentou os grupos do Patrimônio Líquido, passando a ser composto por seis subgrupos: 1) Capital Social; 2) Reservas de Capital; 3) Ajustes de Avaliação Patrimonial; 4) Reservas de Lucros; 5) Ações em Tesouraria; e 6) Prejuízos Acumulados.

Conforme Iudícibus (2007), a DRE é um relatório no qual informa o resultado final de um exercício social, indicando se a empresa obteve lucro ou prejuízo. Para isso, as despesas são subtraídas das receitas.

Após a Lei nº 11.941 (BRASIL, 2009), a DRE passou a discriminar, basicamente: a receita bruta; os abatimentos sob as vendas; a receita líquida; o custo das mercadorias/serviços vendidos; o lucro bruto; as receitas e despesas operacionais; lucro/prejuízo operacional; as receitas e despesas não operacionais; o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda; as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias; o lucro/prejuízo líquido e o montante por ação do capital social.

Criada após a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), a DVA evidencia a riqueza gerada e distribuída pelas empresas, tornando-se útil no cenário macroeconômico, visto que envolve vários grupos da sociedade, tais como o governo, clientes e sócios (BERNS; FLACH, 2013).

A DVA não demonstra apenas riqueza gerada pela empresa, também informa: os benefícios oferecidos pelas entidades à sociedade; a identificação da riqueza recebida por transferência; e um detalhamento de como as riquezas foram distribuídas entre seus beneficiários (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

De acordo com o art. 186, §2º, da Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976), a DLPA poderá ser incluída na DMPL, caso essa seja elaborada pela entidade. Além disso, as entidades são desobrigadas a elaborar a DLPA se apresentarem a DMPL. Isso ocorre porque a DMPL incorpora todas as informações presentes na DLPA.

Substituta da DOAR após a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), a DFC é responsável em evidenciar todas as transações existentes em um determinado período de tempo no qual causaram modificações no saldo da conta Caixa (RIBEIRO, 2009). Para Ferreira (2009), a DFC evidencia as alterações ocorridas nas disponibilidades de uma entidade.

Rosa e Faria (2010) destacam que, após as alterações trazidas pela Nova Lei das Sociedades Anônimas, todas as companhias fechadas cujo Patrimônio Líquido seja inferior a R\$ 2 milhões não serão obrigadas a elaborar a DFC.

Segundo Ribeiro (2009), a DMPL evidencia as alterações ocorridas nas contas que fazem parte do Patrimônio Líquido, possibilitando saber o fluxo de uma conta para outra, indicando a origem e o valor de redução/aumento das contas.

Rosa e Faria (2010) lembram que, devido à exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as companhias abertas são obrigadas a elaborar, além das demonstrações obrigatórias, a DMPL. Contudo, é facultativo às demais companhias.

Diante do exposto, o capítulo seguinte tratará dos procedimentos metodológicos.

3 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo geral, esta pesquisa é classificada como exploratória. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa procura aproximar o problema a fim de torná-lo mais claro ou a construir hipóteses. Quanto aos procedimentos técnicos, nesta pesquisa foi utilizado um questionário. Segundo Lakatos e Marconi (1992), essa técnica é formada por indagações no qual os pesquisados devem respondê-las sem a presença do pesquisador. Quanto ao problema, esta pesquisa representa uma análise quantitativa. De acordo com Raupp e Beuren (2013), a abordagem quantitativa emprega instrumentos estatísticos no tratamento dos dados.

A presente pesquisa analisou discentes das IES públicas e privadas presenciais, localizadas no estado da Bahia, e reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Para identificar e selecionar as IES, foi utilizado um sistema eletrônico responsável, dentre outras funções, em acompanhar os processos que regulam a educação superior no Brasil e o reconhecimento dos cursos: o *e-MEC*.

Através do sítio do *e-MEC* foi possível identificar todas as IES baianas, totalizando 55. Todavia, devido a ausência de contato com uma IES, selecionou-se 54. Oportunamente, torna-se necessário esclarecer que os vários *campi* de uma mesma IES foram considerados individualmente. Dessa forma, o conjunto de participantes equivaleu a 62 *campi* de IES ofertantes do curso de graduação em Ciências Contábeis, em 25 municípios baianos. No total, foram 54 *campi* do tipo privada e oito públicas.

3.1 Instrumento da Pesquisa

Na presente pesquisa foi utilizado um questionário próprio. Esse instrumento apresentou, em média, três assertivas para cada demonstrativo contábil, no qual o respondente julgou-as e escolheu a opção que considerasse mais adequada.

A elaboração do questionário foi baseada em entendimentos conceituais sobre os assuntos abordados, desconsiderando qualquer afirmação que necessitasse de cálculo para solucioná-la. As assertivas abordaram as mudanças nos demonstrativos acarretadas pela legislação, correlacionando as demonstrações vigentes com as mesmas antes das alterações.

3.2 Hipótese

Para auxiliar os questionamentos da pesquisa, foi proposta uma hipótese, representada por H_1 .

A H_1 estabelece que os discentes das Instituições de Ensino Superior baianas dominam as alterações ocorridas nas Demonstrações Contábeis após a promulgação das Leis nº 11.638 (BRASIL, 2007) e nº 11.941 (BRASIL, 2009).

A hipótese está firmada no estudo realizado por Espejo (2010), no qual concluiu que os discentes de uma determinada IES apresentam domínio diante às alterações originadas da Nova Lei das Sociedades Anônimas.

Posteriormente à aplicação de testes específicos e, conseqüentemente, à obtenção dos resultados desta pesquisa, a hipótese supramencionada será aceita ou rejeitada.

3.3 Plano de Análise

Antes da análise, os dados desta pesquisa passaram por uma preparação. Inicialmente, testou-se a normalidade da amostra objetivando verificar se seguia uma Distribuição Normal.

Analisou-se, também, o conjunto das respostas, desconsiderando o desempenho

individual dos discentes. As respostas das assertivas foram organizadas em três grupos: “Satisfatório”, correspondendo às assertivas que foram respondidas corretamente; “Insatisfatório”, para as assertivas respondidas incorretamente; e “Não sabe ou não conhece o demonstração”, oferecendo ao respondente a opção de não responder ou admitir que não conhecem o assunto abordado. Diante disso, primeiramente, encontrou-se a frequência absoluta (Fi) e a frequência relativa em percentual (Fi%) de toda amostra.

Após definir a frequência das respostas, considerou-se o Teste Qui-quadrado, utilizado quando há interesse em verificar se as frequências observadas são significativamente distintas de um conjunto esperado de frequências, conforme Barbetta, Reis e Bornia (2010).

Por fim, realizou-se o Teste de Hipótese t-Student. De acordo com Callegari-Jacques (2003), o Teste de Hipótese é um procedimento estatístico cuja função é rejeitar ou não uma determinada hipótese, considerando um risco de erro. A autora completa informando que a hipótese testada é sempre a hipótese nula (H_0). Caso esta seja rejeitada, a hipótese alternativa (H_1) é automaticamente aceita. Nesse contexto, o Teste t-Student utiliza de conceitos estatísticos a fim de rejeitar ou não a H_0 .

Para toda a análise estatística utilizada nesta pesquisa, aplicou-se o *software Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS) versão 21, no qual permitiu a realização de cálculos complexos, bem como a visualização simplificada de seus resultados.

Diante desses procedimentos, partiu-se para a análise e discussão dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra obtida por meio do questionário aplicado nas IES baianas totalizou 212 respostas. Para testar a normalidade da amostra realizou-se os testes de normalidade o Kolmogorov-Smirnov e o Shapiro-Wilk, originando-se a Tabela 1.

Tabela 1 – Teste de Normalidade

		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Estatística	DF	Sig.	Estatística	DF	Sig.
BP	A1	,352	212	,000	,719	212	,000
	A2	,368	212	,000	,704	212	,000
	A3	,254	212	,000	,801	212	,000
DRE	A4	,367	212	,000	,700	212	,000
	A5	,238	212	,000	,794	212	,000
	A6	,292	212	,000	,789	212	,000
DVA	A7	,293	212	,000	,763	212	,000
	A8	,326	212	,000	,735	212	,000
	A9	,346	212	,000	,727	212	,000
DLPA	A10	,321	212	,000	,687	212	,000
	A11	,378	212	,000	,686	212	,000
DFC	A12	,329	212	,000	,686	212	,000
	A13	,354	212	,000	,714	212	,000
	A14	,292	212	,000	,773	212	,000
DMPL	A15	,270	212	,000	,778	212	,000
	A16	,317	212	,000	,755	212	,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

a. Correção de Significado de Lilliefors

Optou-se pelo teste Kolmogorov-Smirnov com correção de Lilliefors, pois a amostra desta pesquisa foi superior a 20. O resultado do Teste de Normalidade apresentou 0% de Sig. em todas as assertivas, ou seja, inferior ao nível de significância de 5%, geralmente adotado estatisticamente. Corrobora-se a rejeição da hipótese nula (H_0) da normalidade da distribuição dos dados. Portanto, os dados desta pesquisa tendem a não normalidade

Posteriormente, realizou-se uma Estatística Descritiva com Teste Qui-quadrado,

organizando os dados em uma distribuição de frequência. Segundo Barbetta, Reis e Bornia (2010), distribuir os dados seguindo uma frequência é importante para analisá-los, principalmente quando a amostra for grande.

Nesta pesquisa, para a análise do domínio do respondente foi considerado apenas dois grupos, o “Satisfatório” e o “Insatisfatório”. Dessa forma, não foi considerado as respostas equivalentes ao grupo “Não sabe ou não conhece a demonstração” como incorretas.

A amostra obtida foi analisada em duas etapas. A princípio, observou-se as respectivas assertivas de cada Demonstração Contábil. Posteriormente, foi realizada uma análise do desempenho dos discentes em cada demonstração.

4.1 Análise por Demonstração

Organizou-se a análise da amostra em tópicos, cada um representando uma demonstração específica. As respostas obtidas foram analisadas seguindo as frequências absolutas e as relativas em percentual, bem como o resultado do Teste Qui-quadrado.

Em todas as assertivas, com exceção da A5, houve discrepância entre as frequências observadas e as esperadas. Juntamente a isso, o Sig. foi abaixo do limite de 5%, permitindo generalizar o resultado da amostra à população seguindo um nível de segurança de 95%. Os valores do Teste Qui-quadrado e das frequências foram detalhados em tabelas.

4.1.1 Balanço Patrimonial (BP)

Conforme Tabela 2, o Qui-quadrado das assertivas foi elevado, alcançando a média de 50,151. Isso implica que a distância entre as frequências observadas e as esperadas tenha sido grande, inexistindo aderência. Dessa forma, é pouco provável que as variações encontradas tenham seguido uma casualidade. Nas assertivas, o valor de Sig. foi inferior a 5%, indicando que existem diferenças estatísticas nas respostas.

Tabela 2 – Resultado das respostas referentes ao Balanço Patrimonial.

	Total		Qui-quadrado
	Fi	Fi%	df
A1			
Satisfatório	52	24,50%	52,679
Insatisfatório	120	56,60%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	40	28,90%	0,000
A2			
Satisfatório	53	25,00%	67,821
Insatisfatório	126	59,40%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	33	15,60%	0,000
A3			
Satisfatório	104	49,10%	29,953
Insatisfatório	39	18,40%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	69	32,50%	0,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

A Tabela 2 institui que nas assertivas A1 e A2 os resultados Insatisfatórios, destacaram. A predominância do resultado insatisfatório na assertiva A1 chama atenção pelo fato do questionamento ter envolvido uma conta que não deve mais configurar no BP das Sociedades por Ações e empresas de grande porte sujeitas à Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976), atualmente retirada do demonstrativo pela Lei 11.638/07: lucros e prejuízos acumulado. Provavelmente, a justificativa do resultado negativo na assertiva A2 seja porque o quesito tratou de uma alteração mais recente, trazida pela Lei nº 11.941 (BRASIL, 2009), a inclusão do subgrupo “Realizável a Longo Prazo” no grupo do Ativo Não Circulante.

Referente à A3, percebe-se que o resultado foi inverso, houve mais respostas

Satisfatórias. Em contrapartida, o índice de discentes que optaram não responder ao questionamento foi o maior dentre os três. A assertiva tratou dos subgrupos referentes ao Patrimônio Líquido, no qual houve alteração após a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007).

No geral, o resultado Insatisfatório predominou, equivalendo a aproximadamente 44,81% do total das respostas obtidas. Dessa forma, inferisse-se que os discentes das IES baianas não dominam as alterações ocorridas no BP após as Leis 11.638/07 e 11.941/09.

4.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Observa-se a partir da Tabela 3 que o valor do Qui-quadrado na assertiva A5 apresentou uma referência muito baixa, ou seja, a frequência observada não difere estatisticamente da frequência esperada, tendendo à casualidade das variações. Outro fator a se observar é o valor do Sig. [42,60%], bastante superior ao nível de significância limite de 5%. Com isso, é incorreto afirmar que existe diferença estatística entre os resultados. Logo, ao concluir que a frequência Satisfatória é estatisticamente superior a Insatisfatória, a probabilidade de erro chega a 42,60%. Dessa forma, especialmente para essa assertiva, o resultado obtido será desconsiderado na análise por não possuir significância estatística.

Quanto às assertivas A4 e A6, é perceptível que os valores do Qui-quadrado foram elevados, alcançando a média de 57,887. Com isso, implica-se que a distância entre as frequências observadas e as esperadas tenha sido grande. Logo, inexistente a aderência, no qual diminui a possibilidade das variações encontradas terem seguido uma casualidade. Atrelado a isso, o valor do Sig. [0%] corrobora diferença estatística nas respostas das assertivas.

Tabela 3 – Resultado das respostas referentes à Demonstração do Resultado do Exercício.

	Total		Qui-quadrado
	Fi	Fi%	Df
A4			Sig
Satisfatório	44	20,80%	62,670
Insatisfatório	125	59,00%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	43	20,30%	0,000
A5			
Satisfatório	73	34,40%	1,708
Insatisfatório	62	29,20%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	77	36,30%	0,426
A6			
Satisfatório	118	55,70%	53,104
Insatisfatório	33	15,60%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	61	28,80%	0,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

Conforme Tabela 3, na assertiva A4 a frequência do Insatisfatório predominou, chegando a corresponder quase 60% do total da amostra. Todavia, na A6 ocorreu o contrário, prevaleceu o resultado Satisfatório, equivalendo mais que o triplo do resultado Insatisfatório.

Ambas as assertivas trataram da estrutura da DRE e a nomenclatura utilizada. Entretanto, os resultados obtidos nas assertivas A4 e A6 foram opostos. Provavelmente, essa contradição ocorreu porque a nomenclatura empregada na assertiva A4 foi mais próxima à adotada na legislação. Já na assertiva A6, a terminologia adotada foi simples “impostos diretos sobre as vendas”, “devoluções de mercadorias vendidas” e “abatimentos sobre as vendas”.

Apenas pelo desempenho separado dos discentes nas assertivas A4 e A6 não se permite uma conclusão definitiva. Pois houve oposição de resultado entre essas assertivas, enquanto que inexistente significância estatística no resultado obtido na assertiva A5. Com isso, mesmo analisando o resultado como um todo é notório que o grupo Satisfatório [38,21%] não

apresenta diferença estatística do Insatisfatório [37,26%].

4.1.3 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

De acordo com a Tabela 4, todas as assertivas apresentaram o valor do Qui-quadrado elevado, em torno de 44,179. Dessa forma, a distância entre as frequências observadas e as esperadas tende a ser alta, inexistindo aderência. Portanto, as variações encontradas nas respostas, provavelmente, não foram casuais. O nível de significância inferior ao limite de 5%, nas três assertivas, reforça que há diferença estatística nas respostas.

Tabela 4 – Resultado das respostas referentes à Demonstração do Valor Adicionado.

	Total		Qui-quadrado
	Fi	Fi%	Df
A7			Sig
Satisfatório	93	43,90%	50,387
Insatisfatório	22	10,40%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	97	45,80%	0,000
A8			
Satisfatório	47	22,20%	31,764
Insatisfatório	56	26,40%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	109	51,40%	0,000
A9			
Satisfatório	57	26,90%	50,387
Insatisfatório	37	17,50%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	118	55,70%	0,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

A Tabela 4 estabelece que nas assertivas A7 e A9 a frequência referente ao Satisfatório preponderou. A assertiva A7 tratou apenas da função da DVA, exigindo um conhecimento básico do demonstrativo. Já a A9, tratou da estrutura da demonstração. Conforme a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis de 2009, aspectos conceituais, a formação e a distribuição da riqueza são conteúdos básicos acerca da DVA. Logo, possivelmente houve predominância do grupo Satisfatório nas assertivas mencionadas por tratarem de assuntos gerais.

Quanto à A8, percebeu-se que o resultado Insatisfatório prevaleceu. Remetendo ao questionário, percebe-se a assertiva requis que o respondente possuísse um conhecimento maior de toda a estrutura da DVA.

Observa-se que o número de discentes que optaram em não responder foi bastante elevado em todas as assertivas. Provavelmente, justifica-se esse fato por a DVA ter sido criada após a Nova Lei das Sociedades Anônimas, sendo recente a existência do demonstrativo obrigatório para as empresas de companhias abertas.

Em geral, o resultado Satisfatório foi superior ao Insatisfatório, 30,97% e 18,08%, respectivamente. Assim, é notório que os discentes das Instituições de Ensino Superior no estado da Bahia possuem domínio a respeito da DVA.

4.1.4 Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)

Conforme Tabela 5, é notório que os valores do Qui-quadrado são bastante elevados, acarretando a maior média dentre as demonstrações [65,939]. Isso implica na distância elevada entre as frequências observadas e as esperadas. Portanto, inexistente aderência entre as respostas, permitindo que as variações encontradas não tendam à casualidade. Os valores do Sig. nas assertivas foram inferiores ao limite de 5%, conseqüentemente, as respostas apresentam diferença estatística.

Tabela 5 – Resultado das respostas referentes à Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

	Total		Qui-quadrado
	Fi	Fi%	df
A10			Sig
Satisfatório	18	8,50%	59,585
Insatisfatório	92	43,40%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	102	48,10%	0,000
A11			
Satisfatório	40	18,90%	72,292
Insatisfatório	43	20,30%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	129	60,80%	0,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

Como demonstrado na Tabela 5, destacou-se o resultado Insatisfatório. Chama atenção a diferença entre o Satisfatório e Insatisfatório da assertiva A10, no qual equivale a 34,90% pontos percentuais. Esse resultado é preocupante, pois na referente assertiva foi tratada uma importante relação da DLPA com a DMPL, no qual está prevista na Lei das Sociedades Anônimas e não sofreu alteração posterior.

Embora pequena, na assertiva A11 houve mais frequência do grupo Insatisfatório. A assertiva em questão foi mais específica, exigindo maior conhecimento dos discentes acerca do demonstrativo.

Cabe observar a elevada frequência dos discentes que optaram não responder as assertivas. Possivelmente, justifica-se o ocorrido devido a pouca utilização na prática desse demonstrativo, visto que legalmente não é obrigatório para as empresas que elaboram a DMPL, e por isso ser pouco ministrado nas IES.

Conclui-se que os discentes das IES baianas não dominam o assunto abordado referente à DLPA. Em geral, o grupo Insatisfatório corresponde a 31,84%, isto é, 18,16% pontos percentuais superiores ao grupo Satisfatório [13,68%].

4.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Observando a Tabela 6, nota-se que as assertivas apresentam um valor do Qui-quadrado elevado, em torno de 47,302. Logo, a distância entre as frequências observadas e as esperadas tende a ser grande, acarretando que não haja aderência. Com isso, é pouco provável que as variações das respostas tenham seguido uma casualidade. Além disso, ressalta-se que o Sig. nas três assertivas foi inferior a 5%, indicando diferença estatística nas respostas.

Tabela 6 – Resultado das respostas referentes à Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	Total		Qui-quadrado
	Fi	Fi%	df
A12			Sig
Satisfatório	18	8,50%	60,689
Insatisfatório	105	49,50%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	89	42,00%	0,000
A13			
Satisfatório	46	21,70%	51,660
Insatisfatório	46	21,70%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	120	56,60%	0,000
A14			
Satisfatório	79	37,30%	29,557
Insatisfatório	35	16,50%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	98	46,20%	0,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

Em análise às respostas destinadas à DFC, é notório que o resultado foi equilibrado. Percebe-se a oposição entre as assertivas A12 e A14. Enquanto, na primeira (A12), quase 50% dos respondentes obtiveram resultado Insatisfatório, já na segunda (A14), prevaleceu o resultado Satisfatório. Por fim, observa-se que na A13, o resultado entre o Satisfatório e o Insatisfatório foi igual, ou seja, não foi possível afirmar se há ou não domínio sobre o assunto abordado.

As assertivas A12 e A13 exigiram mais atenção do respondente, pois a resolução de ambas dependeu das pequenas expressões adotadas. Nota-se que na assertiva A14 houve maior predominância do resultado Satisfatório. Todavia, o índice de estudantes que não sabem ou não conhecem a demonstração é elevado. Esse resultado justifica-se, provavelmente, por se tratar de uma afirmação que envolve simultaneamente entendimentos gerais e específicos acerca dos métodos da DFC.

Analisando-se de forma individual as assertivas, não foi possível confirmar se os respondentes apresentaram domínio diante da DFC, visto que houve um equilíbrio no resultado geral, no qual o Satisfatório destacou-se na A14, o Insatisfatório na A12, e na A13 não houve predomínio entre Satisfatório e Insatisfatório. Entretanto, no geral, percebeu-se que os discentes das IES baianas não dominam a DFC, pois o percentual do Insatisfatório [29,25%] é superior ao Satisfatório [22,48%].

4.1.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Segundo a Tabela 7, as respostas das assertivas obtiveram valores altos de Qui-quadrado, ficando na média de 37,397. Com isso, a distância entre as frequências observadas e as esperadas tende a ter sido elevada, inexistindo aderência, isto é, torna-se pouco provável que houve casualidade nas variações das respostas. É notório que o Sig. nas duas assertivas foi 0%, inferior ao limite de 5%. Logo, as respostas diferem estatisticamente.

Tabela 7 – Resultado das respostas referentes à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

	Total		Qui-quadrado
	Fi	Fi%	Df Sig
A15			
Satisfatório	96	45,30%	40,821
Insatisfatório	27	12,70%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	89	42,00%	0,000
A16			
Satisfatório	67	31,60%	33,972
Insatisfatório	38	17,90%	2
Não sabe ou não conhece a demonstração	107	50,50%	0,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

Em ambas as assertivas, percebe-se que o Satisfatório prevaleceu. Enquanto que a assertiva A15 tratou da principal função da DMPL, a A16 abordou a relação entre a DLPA e a DMPL. Assim, provavelmente o resultado satisfatório predominou devido os assuntos abordados estarem previstos na legislação desde a Lei das Sociedades Anônimas de 1976, no qual não sofreram alterações posteriores.

Observa-se nas assertivas o alto índice de estudantes que não sabem ou não conhecem a demonstração, equivalendo a 46,23% no geral. Possivelmente, isso aconteceu por DMPL ser um demonstrativo pouco utilizado, visto que é obrigatório apenas para as entidades de capital aberto, sendo facultativa às demais empresas.

Analisando o resultado geral, nota-se que o resultado Satisfatório [38,44%] é superior ao Insatisfatório [15,33%]. Em suma, é perceptível que os discentes das Instituições de Ensino Superior na Bahia dominam a DMPL.

4.2 TESTE DE HIPÓTESE

Conforme mencionado anteriormente, aplicou-se o Teste de Hipótese t-Student a fim de rejeitar ou não a H_0 . O Teste foi conduzido com base nas seguintes hipóteses:

H_0 : Estabelece que os discentes das Instituições de Ensino Superior baianas dominam as alterações ocorridas nas Demonstrações Contábeis após a promulgação das Leis nº 11.638 (BRASIL, 2007) e nº 11.941 (BRASIL, 2009).

H_1 : Estabelece que os discentes das Instituições de Ensino Superior baianas não dominam as alterações ocorridas nas Demonstrações Contábeis após a promulgação das Leis nº 11.638 (BRASIL, 2007) e nº 11.941 (BRASIL, 2009). O resultado da aplicação do Teste de Hipótese t-Student está demonstrado na Tabela 8. Observa-se que em todas as assertivas o Sig. foi de 0%, isto é, as respostas obtidas indicaram a rejeição da hipótese nula H_0 . Logo, os discentes das Instituições de Ensino Superior no Estado da Bahia não dominam as alterações ocorridas nas Demonstrações Contábeis após a promulgação das Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Tabela 8 – Teste Não Paramétrico (t-Student)

Categorias de Análise	t	Sig. (bi-caudal)
Balço Patrimonial (BP)		
Assertiva 1	11,558	0,000
Assertiva 2	10,920	0,000
Assertiva 3	23,702	0,000
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)		
Assertiva 4	11,110	0,000
Assertiva 5	19,282	0,000
Assertiva 6	25,196	0,000
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)		
Assertiva 7	29,776	0,000
Assertiva 8	21,461	0,000
Assertiva 9	26,245	0,000
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)		
Assertiva 10	15,920	0,000
Assertiva 11	25,389	0,000
Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)		
Assertiva 12	14,083	0,000
Assertiva 13	24,100	0,000
Assertiva 14	25,664	0,000
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)		
Assertiva 15	27,631	0,000
Assertiva 16	25,324	0,000

Fonte: Elaboração própria (2014).

Analisando-se o domínio dos discentes em cada demonstrativo, é perceptível que o resultado em três é Insatisfatório prevaleceu, no BP, na DLPA e na DFC. Apenas em duas Demonstrações Contábeis o resultado Satisfatório foi superior ao Insatisfatório, na DVA e na DMPL. O resultado referente a DRE foi inconclusivo, pois não houve diferença estatística nas respostas. Dessa forma, reforça-se o resultado obtido através do Teste de Hipótese, pois as respostas Insatisfatórias predominaram.

Notou-se que quando os discentes se depararam com questionamentos que exigiam um conhecimento mais aprofundado acerca das Demonstrações Contábeis vigentes, a diferença entre as respostas Insatisfatórias e as Satisfatórias foi ainda maior.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou identificar o domínio dos discentes das Instituições de Ensino Superior (IES) no Estado da Bahia diante das alterações que as Leis 11.638 (BRASIL, 2007) e 11.941 (BRASIL, 2009) causaram no conjunto das Demonstrações Contábeis.

Para isso, foi desenvolvido um instrumento de coleta próprio. Foram elaboradas 16 assertivas com base na Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976) e recentes alterações, no qual os respondentes as julgaram e optaram pela alternativa que mais se aproximava de seu entendimento diante da demonstração abordada.

A amostra desta pesquisa foi composta por 212 respondentes. Na análise, inicialmente, aplicou-se o Teste de Normalidade a fim de verificar se a amostra seguia uma Distribuição Normal. Com isso, optou-se pelo teste Kolmogorov-Smirnov devido à amostra ter superado 20 respostas. Em seguida, realizou-se uma Estatística Descritiva com Teste Qui-quadrado no qual os dados foram organizados em uma distribuição de frequências. Finalmente, os dados passaram pelo Teste de Hipótese t-Student, cujo intuito foi rejeitar ou não a hipótese nula.

Por meio do Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov foi possível concluir que a amostra tende a não normalidade. Assim, a hipótese nula da normalidade da distribuição dos dados foi rejeitada. Já na análise descritiva dos dados, constatou-se as frequências elevadas de assertivas que foram respondidas incorretamente, evidenciando o baixo domínio dos graduandos em Ciências Contábeis na Bahia.

Por sua vez, o Teste de Hipótese t-Student corroborou valor do Sig. 0%, rejeitando a hipótese nula. Portanto, concluiu-se que os graduandos em Ciências Contábeis no Estado da Bahia não dominam as alterações ocorridas no conjunto das Demonstrações Contábeis após a vigência das Leis nº 11.638 (BRASIL, 2007) e nº 11.941 (BRASIL, 2009).

O resultado negativo apontado nesta pesquisa quanto ao domínio dos discentes baianos é preocupante. Isso porque é fundamental o futuro profissional contábil dominar a estrutura e os elementos que compõem cada demonstrativo contábil. Portanto, acredita-se que o presente estudo possa contribuir para o ensino da Contabilidade na Bahia por demonstrar a realidade da falta de domínio estudantil acerca das Demonstrações Contábeis vigentes, provavelmente uma realidade que se estende em âmbito nacional.

Portanto, torna-se oportuno cobrar das IES maior empenho durante o processo de formação de profissionais da Contabilidade em nível de graduação, de forma que possuam nível de conhecimento alinhado às exigências do mercado, bem como a habilidade nas áreas em que forem atuar. No que diz respeito à limitação da pesquisa, registra-se a dificuldade na obtenção das respostas que formaram a amostra, pois poucas IES se dispuseram a divulgar o questionário da pesquisa, e dessas IES, os poucos foram os discentes que responderam o estudo. Diante disso, entrou-se em contato com cada Coordenador do curso de Ciências Contábeis dos *campi* participantes, por intermédio de ligação telefônica buscando apoio no sentido da realização do estudo, o que favoreceu a sua conclusão.

Por fim, menciona-se que novos estudos podem ser elaborados utilizando o instrumento de pesquisa construído nesta pesquisa. Um deles seria confrontar os resultados obtidos em outras regiões com os alcançados nesta pesquisa e examinar se tais resultados são divergentes ou semelhantes à realidade baiana é dos discentes baianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBETTA, P. A.; REIS, M. M.; BORNIA, A. C. **Estatística para cursos de Engenharia e Informática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BERNS, J. C. G.; FLACH, L. Demonstração do Valor Adicionado: Análise Setorial da destinação da riqueza em empresas do novo mercado após a Crise Financeira de 2008. **VII Congresso ANPCONT (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis)**. Fortaleza – CE, junho de 2013. Disponível em: <http://www.furb.br/_upl/files/especiais/anpcont/2013/cue%20372.pdf?20140816213331>. Acesso em 29 de abril de 2014.

_____. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Legislação**, Brasília, DF: 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em 21 de abril de 2013.

_____. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Legislação**, Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em 21 de abril de 2013.

_____. Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. **Legislação**, Brasília, DF: 2009. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>>. Acesso em 27 de março de 2013.

_____. Resolução CNE/CES nº 6 de 10 de março de 2004. **Legislação**, Brasília, DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_04.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2013.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: Princípios e Aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CARDOSO, Ricardo Lopes *et al.* Regulação da Contabilidade e Regulação Contábil: Teorias e Análises da Lei nº 11.638/07. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 43, nº 04, p. 1-17, julho/agosto de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000400003>. Acesso em 18 de abril de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de Ciências Contábeis**. Juarez Domingues Carneiro (Coordenador) *et al.* 2ª ed. p. 187. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/proposta.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2014.

CUNHA, V. A.; LIMA, R. A. As mudanças da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007) no Balanço Patrimonial das empresas de capital aberto. **XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**. São José dos Campos, 2011. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0215_0454_02.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2013.

CUNHA, J. V. A. da; RIBEIRO, M. de S.; SANTOS, A. dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 16, nº 37, p. 07-23, janeiro/abril, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151970772005000100001&script=sci_arttext&tlng=pt#nota1>. Acesso em 09 de maio de 2014.

- ESPEJO, M. M. S. B. et. al. Evidências empíricas do Ensino no Curso de Ciências Contábeis: Uma análise das respostas às alterações provenientes da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 22-39, janeiro/abril de 2010. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5506/4002> >. Acesso em 19 de julho de 2014.
- FERREIRA, R. J. **Contabilidade Avançada e Intermediária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de Balanços**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LIMA FILHO, R. N.; BRUNI, A. L. Percepção dos Graduandos em Ciências Contábeis de Salvador (BA) sobre os Conceitos Relevantes da Teoria da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**. Brasília, v. 6, n. 2, art. 5, p. 187-203, abril/junho, 2012. Disponível em: < <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/download/176/596> >. Acesso em 14 de abril de 2014.
- MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 15º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, S. B. de. **Demonstrações Contábeis**. São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://jccontabilportovelho.com.br/resources/Apostila%20demonstracoes%20contabeis.pdf> >. Acesso em 27 de abril de 2013.
- PELEIAS, I. R. *et al.* **Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável a outros Cursos Superiores**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicada às Ciências Sociais. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3ª ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2013, p. 76-97.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ROSA, D. C. D.; FARIA, J. C. de. **O Impacto da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007) no mundo contábil**. São José dos Campos, 2010. Disponível em: < http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0022_0376_01.pdf >. Acesso em 24 de abril de 2013.
- SANTOS, D. G. dos et al. Formação Acadêmica em Ciências Contábeis e sua relação com o Mercado de Trabalho: a percepção dos alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **XI Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo – SP, julho de 2014. Disponível em:<<http://congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/412.pdf>>. Acesso dia 27 de junho de 2014.
- VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. **Manual de Contabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.